

Decisões da Justiça podem mudar composição do Senado

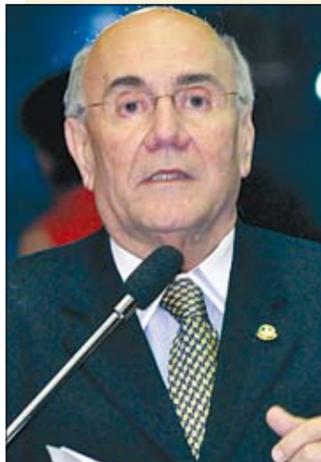
Tribunal Superior Eleitoral divulga número de votos dos candidatos ao Senado e à Câmara dos Deputados que dependem de decisão sobre recursos contra a impugnação das suas candidaturas com base na Lei da Ficha Limpa. Processos devem ser julgados nos próximos dias pelo TSE e pelo Supremo Tribunal Federal

No caso do Senado, a decisão dos julgamentos poderá alterar os resultados eleitorais de três estados. No Pará, apresentaram recursos os candidatos Jader Barbalho (PMDB) e Paulo Rocha (PT). Caso suas candidaturas sejam confirmadas, Jader será empossado como o segundo senador mais votado do Pará. Na Paraíba, o candidato Cássio Cunha Lima (PSDB) também aguarda julgamento sobre seu recurso. Em caso de confirmação de sua candidatura, ele será o mais votado do estado. No Amapá, João Capiberibe (PSB) passará à condição de segundo candidato mais votado. Com as oito mulheres eleitas no domingo, a bancada feminina no Senado deverá ter 12 integrantes em 2011 – às eleitas se somam três senadoras com mandato até 2015 e uma suplente que assume no lugar de um senador eleito governador. Entre as eleitas no dia 3, apenas Lúcia Vânia já exerce mandato de senadora. **3**



Janine Moraes/Agência Câmara

Wilson Santiago, do PMDB (*acima*), obteve mais de 820 mil votos na Paraíba, mas perderá a cadeira no Senado se Cássio Cunha Lima (PSDB) tiver a candidatura confirmada.



Gerônimo Aggeles/Senado Federal

No Pará, mais da metade dos votos (57,24%) na eleição para o Senado foram dados a Jader Barbalho (*abaixo, E*) e Paulo Rocha (*abaixo, D*). Se ambos acabarem mesmo impugnados, pode haver um novo pleito. Se um dos dois tiver a candidatura mantida, Marínor Rocha (*acima, D*), do PSOL, perde a vaga. Flexa Ribeiro (*acima, E*), do PSDB, ficou em primeiro lugar, com 1.817.644 votos.



Divulgação/Companhia



Waldemir Barreto/Senado Federal

Segundo colocado no Amapá, Gilvam Borges (*acima*), do PMDB, retorna ao Senado caso seja confirmada pela Justiça Eleitoral a impugnação de João Capiberibe (PSB).



Governo da Paraíba



Márcia Kalume/Senado Federal



Edson Santos



Rosawell Pinheiro/Senado Federal

Veja a provável formação do Senado a partir de fevereiro **2**

Na pauta amanhã, irrigação e diploma para jornalista

Propostas da ordem do dia de amanhã tratam de mais recursos à irrigação no Nordeste e no Centro-Oeste, exigência de diploma de jornalista para o exercício da atividade e permissão para o parlamentar lecionar em universidade pública. **4**

CDH vota projetos que ajudam pessoas com deficiência

Diversos projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência devem ser votados, em decisão terminativa, na reunião de amanhã da Comissão de Direitos Humanos, inclusive incentivos ao empreendedorismo. **4**

Fraude com senha e cartão pode dar até um ano de cadeia

A medida está prevista em projeto em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta também trata com mais rigor a utilização de instrumentos para ter acesso a senhas e cartões alheios, como os chamados chupa-cabras. **4**

Plenário discute criação de CPIs por iniciativa popular

A proposta de emenda constitucional do senador Geraldo Mesquita Júnior já foi aprovada pela CCJ, em junho de 2009. Pelo menos 1% do eleitorado nacional, em no mínimo cinco estados, deverá assinar o pedido de criação de CPI. **4**

PMDB tem maior bancada; PT cresce e é segunda força

Os dois partidos integram a base de apoio ao governo e contarão com mais dez senadores cada um. O fortalecimento foi acentuado por derrotas na oposição

AS ELEIÇÕES DESTE domingo aumentaram, no Senado, a força dos partidos que dão suporte ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Importantes líderes da oposição não voltarão ao Senado para o período que começa em 2011 e vai até 2019. Além de sentir a ausência de nomes como Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Marco Maciel (DEM-PE) e Heráclito Fortes (DEM-PI), que perderam as eleições, os partidos de oposição encolheram. O PSDB caiu de 16 para 10 senadores, e o DEM foi de 13 para apenas seis.

Enquanto isso, o PMDB sai de 17 parlamentares para 21, e o PT vai de 8 para 14 (veja ao lado). Mas não é simples chegar a esses números. Pois a contagem de senadores passa não somente pelos eleitos neste domingo. É preciso levar em conta que alguns senadores que teriam mandato até 2015 disputaram eleições para governadores de estado. Renato Casagrande (PSB) foi eleito governador do Espírito Santo e em seu lugar assume Ana Rita Esgário (PT). Rosalba Ciarlini (DEM) é a go-

vernadora eleita do Rio Grande do Norte, e deixa sua vaga no Senado com Garibaldi Alves, do PMDB, pai do senador reeleito Garibaldi Alves Filho (RN), também do PMDB.

Outro que deixa o Senado em razão de uma vitória é Raimundo Colombo (DEM), eleito

No Pará, dependendo da decisão judicial, até novas eleições poderão ser realizadas

governador de Santa Catarina. Isso também muda a correlação de forças das bancadas partidárias na Casa, já que seu suplente é Casildo Maldaner, do PMDB. Atualmente, exerce o mandato a segunda suplente, Níura Demarchi, do PSDB. Tião Viana (PT) foi eleito governador do Acre, mas seu suplente também é petista: Aníbal Diniz.

Uma outra questão coloca o tamanho das bancadas em jogo. É que as eleições para

senador nos estados do Pará, do Amapá e da Paraíba estão *sub judice*. Vários candidatos bem votados foram impugnados pela Justiça Eleitoral com base na Lei da Ficha Limpa. Como o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não julgou a aplicabilidade da lei nestas eleições, não se sabe se Jader Barbalho (PMDB-PA), Paulo Rocha (PT-PA), João Capiberibe (PSB-AP) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) serão ou não considerados aptos para se eleger. Assim, as eleições de Marínor Brito (PSOL-PA), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Wilson Santiago (PMDB-PB) esperam a decisão da Justiça.

No caso do Pará, se Jader e Paulo Rocha forem considerados inelegíveis, deverá haver nova eleição, já que os dois somaram mais de 50% dos votos válidos.

Ainda na madrugada de ontem, havia dúvida quanto ao senador eleito em Rondônia. A Justiça Eleitoral acabou por confirmar a candidatura de Ivo Cassol (PP), o que tirou a vaga de Fátima Cleide (PT), que tentava a reeleição.

Composição do Senado

Impacto dos resultados eleitorais na distribuição das bancadas partidárias para 2011

2010	2011	SENADOR	UF
PMDB (17)	PMDB (21)	Renan Calheiros	AL
		Eduardo Braga	AM
		Gilvam Borges ¹	AP
		Eunício Oliveira	CE
		Ricardo Ferraço	ES
		João Alberto	MA
		Edison Lobão	MA
		Waldemir Moka	MS
		Wilson Santiago ²	PB
		Vitalzinho	PB
		Roberto Requião	PR
		Garibaldi Alves Filho	RN
		Valdir Raupp	RO
		Romero Jucá	RR
		Luiz Henrique da Silveira	SC
		Marcelo Miranda	TO
		PSDB (16)	PSDB (10)
Jarbas Vasconcelos	PE		
Garibaldi Alves	RN		
Pedro Simon	RS		
Casildo Maldaner	SC		
Lúcia Vânia	GO		
Aécio Neves	MG		
Flexa Ribeiro	PA		
Paulo Bauer	SC		
Aloysio Nunes Ferreira	SP		
DEM (13)	DEM (6)	Marconi Perillo ³	GO
		Marisa Serrano	MS
		Mário Couto	PA
		Cícero Lucena	PB
		Alvaro Dias	PR
		Demóstenes Torres	GO
PT (8)	PT (14)	José Agripino	RN
		Eliseu Resende	MG
		Jayme Campos	MT
		Maria do Carmo Alves	SE
		Kátia Abreu	TO
		Jorge Viana	AC
		Walter Pinheiro	BA
		José Pimentel	CE
		Delcídio Amaral	MS
		Humberto Costa	PE
		Wellington Dias	PI
		Gleisi Hoffmann	PR
		Lindberg Farias	RJ
		Angela Portela	RR
Paulo Paim	RS		
PTB (7)	PTB (6)	Marta Suplicy	SP
		Aníbal Diniz	AC
		Ana Rita Esgário	ES
		Eduardo Suplicy	SP
		Armando Monteiro	PE
		Fernando Collor	AL
PDT (6)	PDT (4)	Gim Argello	DF
		Epitácio Cafeteira	MA
		João Vicente Claudino	PI
		Mozarildo Cavalcanti	RR
PR (4)	PR (4)	Cristovam Buarque	DF
		Pedro Taques	MT
PRB (2)	PRB (1)	João Durval	BA
		Acir Gurqacz	RO
PSB (2)	PSB (3)	Magno Malta	ES
		Blairo Maggi	MT
PSOL (1)	PSOL (2)	João Ribeiro	TO
		Alfredo Nascimento	AM
PV (1)	PSC (1)	Marcelo Crivella	RJ
		Lidice da Mata	BA
PCdoB (1)	PC do B (2)	Rodrigo Rollemberg	DF
		Antônio Carlos Valadares	SE
PP (1)	PP (5)	Randolfe Rodrigues	AP
		Marínor Brito ⁴	PA
SEM PARTIDO (1)	PPM (1)	Eduardo Amorim	SE
		Sérgio Petecão	AC
	PPS (1)	Vanessa Grazziotin	AM
		Inácio Arruda	CE
		Benedito de Lira	AL
		Cyro Nogueira	PI
		Ivo Cassol	RO
		Ana Amélia Lemos	RS
		Francisco Dornelles	RJ
		Itamar Franco	MG

(1) Pode perder a vaga para João Capiberibe (PSB); (2) pode perder a vaga para Cássio Cunha Lima (PSDB); (3) disputa segundo turno para o governo de Goiás. Se eleito, a vaga fica com Cyro Miranda (PSDB); (4) pode perder a vaga para Jader Barbalho (PMDB) ou Paulo Rocha (PT).

mandato até 2019 | mandato até 2015

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

14h O Plenário se reúne em sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, Alvaro Dias (PSDB-PR), Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Selma Elias (PMDB-SC).

CMA Cadastro de obras inacabadas

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina três projetos que terão decisão terminativa: o que cria um cadastro geral de obras inacabadas; o que modifica a Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória; e o que altera o Código de Defesa do Consumidor para obrigar o fornecedor a disponibilizar ao consumidor produto idêntico ou similar ao defeituoso, na hipótese de a reparação do defeito demandar mais de dois dias úteis.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

José Sarney internado em São Luís

O presidente do Senado, José Sarney, continuava ontem internado no UDI Hospital, em São Luís, e seu quadro clínico-radiológico apresentava evolução satisfatória. A informação consta de boletim assinado pelo cardiologista Carlos Gama e divulgado na manhã de ontem pelo hospital.

Sarney, segundo a nota, não apresentou novos episódios de arritmia cardíaca, depois do registrado no último sábado. "O senador se encontra ativo e sem queixas", diz o boletim médico, mas Sarney "permanecerá ainda internado para continuidade de seu tratamento clínico e observação".

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Horário eleitoral deve recomeçar nesta semana

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski, informou na tarde de ontem que a proclamação do resultado final das eleições realizadas no dia 3 de outubro pode ocorrer hoje ou amanhã. Dois dias depois, começará o horário eleitoral no rádio e na televisão para o segundo turno das eleições.

A proclamação estava dependendo apenas dos resultados de três urnas do Acre. Uma delas deve ser levada hoje do interior para Rio Branco, de helicóptero. A apuração dessas urnas mudará o resultado numérico das eleições, mas não a classificação dos candidatos.

O horário eleitoral será diferente no segundo turno. Cada um dos candidatos à Presidência da República terá direito a 20 minutos, diariamente, no rádio e na televisão. Nos estados onde houver segundo turno para governador, cada candidato também terá 20 minutos. No rádio, o horário eleitoral começará às 7h e às 12h. Na televisão, às 13h e às 20h30.

Fora isso, os candidatos a presidente e a governador também terão direito a fazer inserções no rádio e na TV de 15 a 60 segundos, somando 7min30s por dia para cada um.

Na coletiva concedida ontem à imprensa, o ministro Ricardo Lewandowski disse que o percentual de abstenção nas eleições deste domingo, que chegou a 18,12%, não foi muito diferente do ocorrido em 2002, que ficou em 17,74%. Para ele, essa "oscilação mínima" pode ter ocorrido pela exigência de dois documentos dos eleitores e pelas fortes chuvas que caíram em áreas do Centro-Oeste.

O julgamento pelo Supremo Tribunal Federal dos recursos apresentados por candidatos atingidos pela Lei da Ficha Limpa pode alterar a composição inicial do Senado em pelo menos três estados: Pará, Paraíba e Amapá



Jader Barbalho obteve 1,79 milhão de votos e recorre contra impugnação



Paulo Rocha teve 1,73 milhão de votos e concorre com Jader pela vaga



Se Cassio Cunha Lima for confirmado, será o mais votado da Paraíba



João Capiberibe pode ocupar a segunda vaga em disputa pelo Amapá

TSE divulga votos de candidatos que podem mudar composição do Senado

O TRIBUNAL SUPERIOR Eleitoral (TSE) divulgou ontem o número de votos dos candidatos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados que dependem de decisão sobre recursos contra a impugnação das suas candidaturas com base na Lei da Ficha Limpa. Esses recursos ainda serão julgados nos próximos dias pelo TSE e pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

No caso do Senado, a decisão

desses julgamentos poderá alterar os resultados eleitorais de três estados. No Pará, apresentaram recursos os candidatos Jader Barbalho (PMDB) e Paulo Rocha (PT). Jader obteve 1.799.762 votos e Rocha alcançou 1.733.376 votos. Caso as candidaturas sejam confirmadas, Jader seria empossado como o segundo senador mais votado do Pará, atrás do senador Flexa Ribeiro (PSDB), que

totalizou 1.817.644 votos.

Na Paraíba, o candidato Cassio Cunha Lima (PSDB), com 1.004.183 votos, também aguarda julgamento sobre seu recurso. Se sua candidatura for confirmada, ele passará à condição de o mais votado do estado, seguido de Vitalzinho (PMDB), que obteve 869.501 votos. Assim, Wilson Santiago (PMDB) não seria diplomado pela Justiça Eleitoral.

No Amapá, a situação não é diferente. O candidato João Capiberibe (PSB) obteve 130.411 votos e, caso seu recurso seja deferido, passará à condição de segundo candidato ao Senado mais votado do estado, derrotando o atual senador Gilvam Borges (PMDB), que somou 121.015 votos. O candidato com a maior votação no Amapá é Randolfe Rodrigues (PSOL), com 203.259 votos.

Bancada feminina deverá ter 12 integrantes em 2011

Com as oito mulheres eleitas no domingo, a bancada feminina no Senado deverá ter 12 integrantes em 2011 – às eleitas se somam três senadoras com mandato até 2015 e uma suplente que assume no lugar de um senador eleito governador.

Entre as que comemoram a vitória nestas eleições, apenas Lúcia Vânia (PSDB-GO) já é senadora. As demais assumem pela primeira vez: Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lídice da Mata (PSB-BA), Marinor Brito (PSOL-PA), Gleisi Hoffmann

(PT-PR), Angela Portela (PT-RR), Ana Amélia Lemos (PP-RS) e Marta Suplicy (PT-SP).

Elas se juntam a Marisa Serrano (PSDB-MS), Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e Kátia Abreu (DEM-TO), que foram eleitas em 2006, tendo, assim, mais quatro anos de mandato.

Também eleita em 2006, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) deixará o Senado para assumir o governo do Rio Grande do Norte. Em seu lugar assumirá seu suplente, Garibaldi Alves (PMDB), pai do senador Gari-

baldi Alves Filho (PMDB-RN).

Deve compor a bancada feminina em 2011 uma suplente, Ana Rita Esgário (PT), que substituirá Renato Casagrande (PSB-ES), eleito governador do Espírito Santo.

Indefinição

A bancada feminina poderá ainda contar com mais uma parlamentar. Buscando a reeleição, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) ficou em terceiro lugar na disputa em Roraima, mas aguarda decisão sobre o registro de candidatura do

segundo colocado, Ivo Cassol (PP). Ele conseguiu liminar suspendendo os efeitos da Lei da Ficha Limpa e teve seus votos computados, mas sua candidatura ainda pode ser contestada no Supremo Tribunal Federal (STF).

Situação também indefinida é a de Marinor Brito. Ela ficou com a segunda vaga no Pará, mas a eleição depende de decisão judicial. Não foram proclamados os votos de Jader Barbalho (PMDB) e Paulo Rocha (PT), por causa da Lei da Ficha Limpa.

Três ex-presidentes da República no Plenário

Com a eleição de Itamar Franco (PPS-MG), o Senado contará com a presença de três ex-presidentes da República na próxima legislatura. Itamar foi presidente entre 1992 e 1994, depois do *impeachment* de Fernando Collor, de quem era vice.

A partir de fevereiro de 2011, Itamar ocupará uma das cadeiras do Senado ao lado de José Sarney (PMDB-AP), presidente entre 1985 e 1990, e de Fernando Collor (PTB-AL), que governou o país de 1990 a 1992.

Esta será a primeira vez que três ex-presidentes serão senadores simultaneamente. Mas o Senado já contou, em legislaturas anteriores, com outros ex-ocupantes do mais alto cargo do Poder Executivo. O pioneiro foi Campos Salles (SP), que presidiu o Brasil de 1898 a 1902 e foi senador de 1909 a 1913. Antes, ele já havia sido

senador entre 1891 e 1896.

Em seu segundo mandato, Campos Salles, conviveu no Senado com Nilo Peçanha (RJ), que governou o Brasil de 1909 a 1910 e foi senador de 1912 a 1914. Peçanha também exerceu mandatos no Senado de 1903 a 1904 e de 1921 a 1926.

Em 1915, dois ex-presidentes poderiam ter participado da mesma legislatura. Naquele ano foram eleitos senadores Rodrigues Alves (SP), que presidiu o Brasil de 1902 a 1906, e Hermes da Fonseca (RS), que fora presidente de 1910 a 1914. No entanto, apenas Rodrigues Alves assumiu o mandato – Hermes da Fonseca desistiu de tomar posse.

Epitácio Pessoa (PB), que presidiu o país de 1919 a 1922, atuou no Senado simultaneamente a Nilo Peçanha por dois anos (de 1924 a 1926). Pessoa foi eleito para ocupar uma

cadeira do Senado até 1930 e ainda conviveu com outro ex-presidente da República – Arthur Bernardes (MG), eleito em 1927 para um mandato até 1930. Bernardes foi presidente do Brasil de 1922 a 1926.

Presidente de 1956 a 1961, Juscelino Kubitschek também ocupou uma cadeira no Senado. Ele foi eleito para o mandato de 1961 a 1967, por Goiás.



Itamar, eleito domingo, conviverá com Sarney e Collor, que o antecederam

Ex-presidentes da República eleitos senadores

LEGISLATURAS	PERÍODO	SENADOR
28ª e 29ª	1909-1913	Campos Salles (SP)
29ª	1912-1914	Nilo Peçanha (RJ)
30ª e 31ª	1915-1920	Rodrigues Alves (SP) Hermes da Fonseca (desistiu de tomar posse)
32ª	1921-1926	Nilo Peçanha (RJ)
33ª a 35ª	1924-1930	Epitácio Pessoa (PB)
34ª e 35ª	1927-1930	Arthur Bernardes (MG)
41ª e 42ª	1961-1964	Juscelino Kubitschek (GO)
49ª a 54ª	1991-2015	José Sarney (AP)
53ª e 54ª	2007-2015	Fernando Collor (AL)
54ª e 55ª	2011-2019	Itamar Franco (MG)



Presidente do TSE vai proclamar resultados finais hoje ou amanhã

Pauta da sessão deliberativa de amanhã, que marca retomada das votações do Plenário do Senado após o recesso eleitoral, é composta de 69 itens, entre os quais três propostas de emenda à Constituição



Obras do projeto de transposição de águas do rio São Francisco: PEC prorroga obrigatoriedade de investimentos mínimos em irrigação no Nordeste

Plenário examina propostas sobre irrigação e diploma de jornalista

A SESSÃO DELIBERATIVA do Senado marcada para amanhã, às 14h, tem 69 itens na pauta, entre os quais estão três propostas de emenda à Constituição (PECs) prontas para serem votadas em primeiro turno. A PEC 48/03 prorroga a obrigatoriedade de a União aplicar, no Nordeste e no Centro-Oeste, percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação; a PEC 33/09 pretende introduzir na Constituição a exigência do diploma de jornalista para o exercício da profissão; e a PEC 19/07 permite aos parlamentares lecionar em universidades públicas.

A PEC 48/03 prorroga por mais cinco anos a obrigatoriedade de a União aplicar, do total de recursos destinados à irrigação, no mínimo 50% no Nordeste e outros 20% no Centro-Oeste. De acordo com as disposições transitórias da Constituição (artigo 42), essa proporcionalidade mínima de aplicação nas duas regiões deve durar 25 anos contados a partir de 1988. Se a PEC for aprovada, essa exigência durará até 2018, e não apenas até 2013.

Os recursos deverão ser distribuídos de acordo com plano diretor de irrigação regional, na forma de uma lei especí-

fica, conforme o texto final aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A PEC é do senador Antonio Carlos Magalhães, já falecido. O primeiro relatório, do então senador João Alberto Souza, foi aprovado pela CCJ com uma emenda. O segundo relatório sobre a PEC, de Demóstenes Torres (DEM-GO), acolheu a emenda de Plenário que prevê aplicação dos recursos de acordo com plano diretor de irrigação regional. A matéria foi aprovada novamente pela CCJ e agora aparece na pauta do Plenário.

Diploma

A PEC 33/09 acrescenta dispositivo na Constituição para limitar o exercício do jornalismo aos portadores de diploma de curso superior de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, expedido por curso reconhecido pelo Ministério da Educação. A matéria foi aprovada sob a forma de substitutivo pela CCJ.

Embora tenha preservado a essência da PEC 33/09, de iniciativa do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o substitutivo do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) modifica a redação original

prevendo que a regulamentação da atividade jornalística e a forma de atuação dos colaboradores (pessoas sem o diploma) deve ser feita por lei específica. Segundo o texto final aprovado, "a profissão de jornalista é privativa do portador de diploma de curso superior em Jornalismo, expedido por instituição oficial de ensino".

Em outro dispositivo, a PEC estabelece que "a exigência de diploma é facultativa aos jornalistas provisionados que já tenham obtido registro profissional regular perante o órgão competente". Por fim, também torna facultativa a exigência do diploma para quem, à data de promulgação da emenda, comprovar o efetivo exercício da profissão de jornalista.

Ensino

De autoria de Tião Viana (PT-AC), a PEC 19/07 permite a deputados federais e senadores lecionar em instituição pública de ensino superior. Hoje, o artigo 54 da Constituição proíbe essa prática, a partir da diplomação e da posse no Congresso Nacional. Pela PEC, eles poderão dar aulas, desde que em horário compatível com a atividade parlamentar.

CDH deve votar projetos que beneficiam pessoas com deficiência

Iniciativas para melhorar a vida das pessoas com deficiência predominam na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que se reúne amanhã, às 10h.

Vários itens serão examinados em decisão terminativa, como o PLS 105/08, do senador Paulo Paim (PT-RS), que prevê incentivo para que pessoas com deficiência possam desenvolver suas próprias empresas, criando inclusive linhas de crédito específicas para elas.

Com relatório favorável do senador Flávio Arns (PSDB-PR), o projeto insere dispositivo na lei que trata do apoio às pessoas com deficiência (Lei 7.853/89).

Paim justifica seu projeto afirmando que a legislação brasileira protege e estimula o ingresso no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, mas não incentiva a prática do empreendedorismo.

Também consta da agenda projeto da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que inclui a habitação como direito básico da pessoa com deficiência e es-



Incentivar o empreendedorismo entre as pessoas com deficiência é objetivo de Paulo Paim

tabelece prioridade para essas pessoas em programa habitacional público ou subsidiado com recurso público. O PLS 142/10, que receberá decisão terminativa na CDH, também tem relatório favorável de Flávio Arns.

Saúde

Há na pauta projetos que visam facilitar o atendimento em cartórios de pessoas com deficiência visual (PLC 116/09); dar mais segurança e conforto no embarque e desembarque de pessoas com deficiência em aeroportos (PLS 537/09); conceder tarifas reduzidas de serviços de telecomunicação para pessoas com deficiência auditiva ou da fala (PLS 238/08) e conceder prioridade ao trâmite de processos judiciais em que seja parte



Flávio Arns relata projeto que inclui a habitação como direito básico da pessoa com deficiência

pessoa com deficiência (PLS 216/04).

Ainda amanhã, a CDH deverá examinar projeto (PLS 407/09) que inclui pessoas carentes com câncer, Aids ou qualquer outra doença crônica como beneficiárias do programa Bolsa Família. O texto fixa em R\$ 60 o valor mensal, limitado o benefício a até três pessoas por família. As medidas constam de substitutivo apresentado por Flávio Arns a projeto da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Proposta que cria um banco de dados com acesso público disponibilizado na internet sobre pessoas condenadas por pedofilia também consta da pauta da CDH. O PLS 339/09, da senadora Marisa Serrano, tem voto favorável do relator, senador Magno Malta (PR-ES), e será examinado em decisão terminativa.

Cadeia para fraude com senha ou cartão

Quem gerar fraudulentamente cartão, senha ou certificação digital para acessar conta bancária alheia pode ser punido com até um ano de detenção e multa, sem prejuízo das penas previstas para o crime patrimonial. A punição mais rigorosa para esse tipo de crime, que tem crescido junto com a expansão do uso da internet, está prevista em projeto de lei em exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Relatora de três projetos sobre o assunto, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) apresentou substitutivo aproveitando o PLS 135/03, de Delcídio Amaral (PT-MS), defendendo a rejeição das outras propostas, dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e João Ribeiro (PR-TO).

Pelo substitutivo, também pode ser condenado à mesma pena quem usar qualquer mecanismo ou instrumento, programa de computador ou objeto destinado a obter de maneira fraudulenta dados sobre cartões ou senhas, por exemplo, para acessar contas alheias.

O objetivo dessa segunda medida da proposta é punir a instalação dos chamados chupa-cabras nos caixas eletrônicos, para roubar senhas e outros dados dos usuários.



O substitutivo de Kátia Abreu aproveita o PLS 135/03, de autoria de Delcídio Amaral

CPI poderá ser criada por iniciativa popular

O Plenário do Senado vai analisar proposta de emenda à Constituição (PEC 1/08) do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) que permite a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) por iniciativa popular.

O projeto aprovado em junho de 2009 pela CCJ recebeu mudanças do relator, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Pelo texto, o requerimento popular para a criação de CPI deverá ser assinado por pelo menos 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados e com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

Suplicy apenas incluiu na PEC a exigência que já existe na Constituição para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular.

Conforme acontece com o pedido de CPI apresentado por um terço dos deputados e senadores, a proposta de criação de CPI por iniciativa popular também deverá apurar "fato determinado" e ter prazo definido. Além disso, suas conclusões deverão ser encaminhadas ao Ministério Público para eventual denúncia à Justiça.



Relator na CCJ, Suplicy alterou texto original, mas é favorável à aprovação da proposta